Ata nº 35

ATA DE REUNIÃO DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS

Data: 15/06/2015
Participantes: Gilberson Soares Apolinário - Presidente do Comitê, José Melo Júnior, Cláudio José Cruz Faria - Secretário do Comitê.
Convidados: Diretor Financeiro do RPPS – Pricila dos Santos Lopes e Diretor Previdenciário – Ana Lúcia Maia Domingues

Às nove horas do dia quinze de junho de dois mil e quinze, atendendo a convocação, que fará parte integrante desta ata como anexo, reuniram-se os membros do Comitê abaixo assinados. Dando início aos trabalhos, o secretário procedeu à leitura da ordem do dia, constante da convocação, que passou a ser objeto de análise pelos presentes: **1) Retrospectiva do mercado financeiro e cenário macroeconômico de curto prazo**: No mês de maio, a percepção de risco voltou a dominar as rodas de negócios no mercado financeiro, o que levou os ativos financeiros negociados no mercado brasileiro a forte pressão. Em seus preços.Em meio a protestos e com o congresso medindo forças com o Executivo, três Medidas Provisórias relacionadas ao ajuste fiscal foram aprovadas. Caso não fossem analisadas até o dia 1º de junho, perderiam a validade A última delas na quinta-feira (28), quando os senadores aprovaram o texto da MP 668, que eleva as alíquotas de PIS e Cofins para produtos *importados para 2,1% e 9,65%, respectivamente. A base aliada optou pela aprovação do* texto, mesmo a contragosto, diante da exigüidade de tempo. O problema é que o texto aprovado pela Câmara dos Deputados foi completamente desfigurado do texto original enviado pelo Executivo, com a inclusão de mais de 20 temas, dentre eles a autorização para que o Legislativo possa fazer parcerias público-privadas. Agora, o texto dependerá da sanção da presidente Dilma para que produza os efeitos.Um dia antes, foi concluída a votação da MP 664, que altera as regras de concessão de benefícios previdenciários, como a pensão por morte e auxílio-doença. A novidade foi a inclusão, pela Câmara dos Deputados, da regra que extingue o fator previdenciário e o substitui pela fórmula 85/95 – que garante benefício integral quando soma a idade com o tempo de contribuição do segurado resulta em 85 (mulheres) ou 95 (homens). A Medida Provisória foi aprovada e agora caberá à presidente Dilma vetar esse item -atendendo ao pleito da equipe econômica -ou sancioná-lo, para atender o PT e evitar o desgaste com as bases sindicais.Segundo integrantes do governo, o impacto imediato da mudança não é preocupante, mas no longo prazo pode comprometer a sustentabilidade da Previdência Social. Estima-se que a alteração no fator custe R$ 40 bilhões aos cofres públicos nos próximos dez anos.Mesmo que não tenha conseguido convencer dissidentes petistas, na terça-feira o governo já tinha conseguido aprovar no Senado, por 39 votos a 32, o texto base da MP 665, que restringe o acesso a direitos trabalhistas como o seguro-desemprego, o abono salarial e o seguro-defeso. A mais polêmica das MPs já havia tido seu texto original modificado pela Câmara, e novas modificações pelo Senado faria com que os deputados tivessem que analisar o texto novamente, o que fatalmente faria a Medida Provisória caducar. Um acordo costurado de última hora garantiu a aprovação do texto. A presidente Dilma Rousseff terá, a partir do momento em que o Planalto receber oficialmente as MPs do Congresso, 15 dias úteis para decidir se e quais trechos irão vetar. Outras propostas editadas no contexto do ajuste fiscal ainda aguardam votação no Congresso, mas com prazo mais confortável. Uma delas é a MP 675, publicada na semana passada, que eleva a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) de instituições financeiras de 15% para 20%, garantindo uma arrecadação adicional ao ano de R$ 3 bilhões a R$ 4 bilhões. E já está prevista a votação na Câmara, na semana do dia 10 de junho, de projeto de lei que prevê a redução das desonerações concedidas pelo governo a mais de 50 setores da economia. A proposta foi originalmente enviada como MP, mas foi devolvida pelo Congresso e reeditada como projeto de lei. Do lado da economia, o governo anunciou o esperado contingenciamento do Orçamento Geral da União de 2015, num total de R$ 69,9 bilhões. Quase 1/3 deste valor serão

investimento, em detrimento do impopular corte das despesas correntes. Com a medida, o governo espera atingir a meta de superávit primário da ordem de 1,2% do PIB neste ano. Entretanto, a boa notícia foi ofuscada pela ausência do Ministro da Fazenda, Joaquim Levy, no evento promovido para divulgar o pacote de cortes do orçamento. Especulou-se que a ausência seria motivada pelo descontentamento com o tamanho do corte, que ficou abaixo de suas expectativas. Alegando um "resfriado", Levy negou qualquer divergência na equipe econômica do governo. Os mercados também se concentraram na política monetária dos EUA. Muitas autoridades do FED acreditavam, na reunião de abril, que seria prematuro aumentar a taxa de juros em junho e que o impulso para a inflação era ofuscado por um mercado de trabalho mais fraco e indicadores piores. Foi o que mostrou a ata da última reunião do Comitê Federal de Mercado Aberto (Fomc, em inglês). Com a economia saindo da crise aos trancos e barrancos, é mais provável que os membros do FED esperem um pouco mais antes de realizar o aperto que o mercado tanto teme.

Bolsa

O Ibovespa, principal índice da Bolsa de São Paulo, ficou na lanterna e apresentou o pior resultado dos investimentos do mês. Com queda de 6,17% o índice encerrou o mês de maio aos 52.760 pontos e registrou o pior resultado mensal desde janeiro. Mesmo assim, o índice ainda registra alta de 5,51% em 2015. As ações dos bancos contribuíram fortemente para o mau desempenho da bolsa. Nos últimos dias do mês, o Conselho Monetário Nacional (CMN) e o Banco Central alteraram algumas regras na concessão de crédito imobiliário e rural e tornaram mais rígidas as regras de concessão de crédito livre, o que prejudica principalmente os bancos privados, que são as instituições que afetam o Ibovespa de forma mais contundente. O CMN elevou a alíquota do compulsório para depósitos a prazo de 20% para 25%, o que resulta no recolhimento de R$ 25 bilhões do mercado. Em contrapartida, foram feitas alterações na exigibilidade e composição dos compulsórios que incidem sobre a captação da poupança, que vão liberar R$ 22,5 bilhões para o financiamento habitacional e outros R$ 2,5 bilhões para os empréstimos rurais. As medidas têm como objetivo compensar a queda dos depósitos da poupança, que só este ano acumulam saque de quase R$ 30 bilhões. Além disso, o ajuste fiscal também chegou aos bancos. O governo aumentou a alíquota da CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido) de 15% para 20% para o setor financeiro, através da MP 675. A alíquota entra em vigor a partir de 1º de setembro, e deve gerar arrecadação extra entre R$ 3 e R$ 4 bilhões por ano.

Renda Fixa

No mercado de juros futuros negociados na BM&FBovespa, a recuperação dos preços foi sustentada pela expectativa de elevação do juro pelo Comitê de Política Monetária do Banco Central (COPOM), em vista da leitura da ata da reunião de abril.As taxas dos DI's movimento de correção, especialmente nos vértices mais longos. Na avaliação dos participantes do mercado, a instituição adotou um tom mais duro, ao retomar no documento o termo "vigilante", destacando que os avanços alcançados no combate à inflação - a exemplo de sinais benignos vindos de indicadores de expectativas de médio e longo prazo -ainda não se mostram suficientes.As declarações levaram o mercado a precificar mais chances de o Banco Central prosseguir com a elevação de juros nos próximos meses, com a Selic podendo chegar a 14% ao ano. Atualmente, a taxa está em 13,25% ao ano. Dentre os investimentos de renda fixa, que têm sua forma de remuneração definida no momento da aplicação, destaque positivo para as NTN-Bs mais longas, títulos públicos que pagam uma taxa de juro pré-fixada, mais a variação da inflação, medida pelo IPCA.As NTN-Bs que mais se beneficiaram foram aquelas com prazo de vencimento mais longos. A mais rentável foi a NTN-B com vencimento em maio de 2035(Tesouro IPCA + 2035-NTN-B Principal), que registrou alta de 3,64% no mês. Por outro lado, a NTN-B com vencimento em maio de 2019(Tesouro IPCA + 2019-NTNB Principal),registrou alta de 1,63 % no período. As Letras Financeiras do Tesouro (LFT), títulos públicos atrelados à Selic, apresentaram bom resultado no mês, uma vez que a taxa básica de juros se encontra em patamar elevado. Na família de índices IMA, o IMA-B, que reflete a carteira indexada ao IPCA, apresentou valorização de 2,57%. Enquanto o

IMA-B 5+, que registra o retorno médio dos títulos com vencimento superior a 5 anos, se destacou e cresceu 3,14%, o IMA-B 5, carteira de títulos com prazo de até 5 anos, cresceu 1,63%no mês. Entre os papéis prefixados, a carteira de títulos com prazo de até 1 ano (IRF-M 1) valorizou 0,95%, enquanto a com títulos acima de 1 ano (IRF-M 1+) apresentou alta de 2,03%.Consolidando os resultados da família de índices IMA, o IMA –Geral apresentou crescimento de 1,83% no mês. Com a SELIC em 13,25% ao ano, a poupança fica ainda menos atrativa em relação às outras aplicações. Isso ocorre porque, enquanto a poupança rende sempre 0,5% ao mês mais a Taxa Referencial (TR) quando a Selic é superior a 8,5% ao ano, outras aplicações de renda fixa acompanham as altas da taxa.

Câmbio

O dólar foi o melhor investimento no mês de maio. A moeda americana fechou o mês cotada a R$ 3,1873, marcando alta de 5,78% frente ao real no quinto mês do ano, impulsionada por sinais de melhora da maior economia do mundo e pela percepção reforçada de que o governo dará menos suporte à taxa de cambio.Desde março, o Banco Central deixou de renovar integralmente o programa de oferta diária de swaps cambiais, operação que funciona como uma venda futura de dólares. Na visão do órgão, o programa forneceu volume relevante de proteção cambial aos agentes econômicos. Na prática, o fim do programa significou mais pressão sobre o dólar, que vem operando nos maiores patamares em mais de 10 anos, e com o menor controle da autoridade monetária sobre o câmbio as expectativas do mercado são de que o dólar permaneça em alta.

Perspectiva

As previsões para a economia brasileira seguem piorando, na visão dos analistas do mercado. O Relatório de Mercado Focus mais recente, mostrou que a expectativa mediana para o Produto Interno Bruto (PIB) de 2015 passou de uma retração de 1,24% da semana anterior pará 1,27% agora. Há quatro semanas, a projeção era de recuo de 1,18% do PIB deste ano. Para 2016, a mediana das projeções se manteve em crescimento de 1% pela sétima semana seguida. As mudanças no boletim Focus ocorreram depois que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou uma queda de 0,2% do PIB do primeiro trimestre deste ano na comparação com os últimos três meses de 2014. Principal motor da atividade brasileira, a produção industrial deve encolher 2,80% em 2015 - mesma projeção da semana anterior. Quatro semanas atrás, a mediana das expectativas estava em 2,50%. Para 2016, as apostas de expansão para a indústria seguem em 1,50% há oito semanas consecutivas. Pela sétima semana consecutiva, analistas ouvidos pelo Banco Central elevaram a previsão para o IPCA deste ano. A expectativa é que o índice oficial de inflação encerre 2015 em 8,39%, contra 8,37% da semana anterior. Há um mês, essa projeção estava em 8,26%. Já para o fim de 2016, a mediana das projeções para o IPCA ficou inalterada em 5,50% - quatro edições atrás estava em 5,60%. A taxa básica de juros, a SELIC, deve subir pela sexta vez seguida, esta semana. A estimativa é de analistas do mercado financeiro que projetam mais uma alta de 0,5 ponto percentual, com a taxa em 13,75% ao ano. Atualmente, a SELIC está em 13,25% ao ano. Na opinião do mercado financeiro, ao final de 2015, a SELIC deve ficar em 14% ao ano. A inflação altíssima deste ano e a projetada para 2016 não tão baixa quanto a autoridade monetária gostaria, indicam porque a elevação da taxa SELIC prossegue e só deve ser reconsiderada quando os prognósticos para a inflação de 2016 estiverem bem próximos de 4,50%. Levará algum tempo até que a inflação dê sinais consistentes de reversão. Neste intervalo, é arriscado prever que o governo não sofrerá nenhum contragolpe em suas previsões orçamentárias, condição propícia para gerar instabilidade no mercado. Estas incertezas explicam a expectativa do mercado por mais ajustes na taxa SELIC antes de entrar em um período mais longo de estabilidade. É fato que o planalto tem dado aval ao Banco Central para fazer o que for necessário para garantir a menor inflação possível no próximo ano. Ou seja, mesmo contrariado com o forte aperto, o governo não deve pressionar o Banco Central para que alivie na dose. Isto porque, na avaliação interna do governo, este ano já será de sacrifício, com corte de gasto público e recessão. Por isso, será melhor concentrar os esforços agora para tentar garantir que, ao final deste ano ou pelo menos no início do próximo, as condições estejam propícias para que se comece uma redução na taxa de juros e garantir a retomada do crescimento. **2) Analise da carteira de Investimentos;** Haverá alteração na conta aplicação FI Caixa Aliança Títulos Públicos , onde será baixado o valor de R$ 1.500,000, 00 (Um milhão e quinhentos mil reais) do Fundo de investimentos Aliança, e transferido para o fundo de investimentos IMA-B Caixa. 3) **Análise do fluxo de caixa do mês corrente;** O presidente apresentou o fluxo caixa para o mês corrente em que foi repassado pela Prefeitura o valor de R$ 268.852,25 onde a diferença será depositada nas aplicações existentes. Nos dias 01 a 31 ocorrerão pagamentos de despesas com a folha do RPPS e prestadores de serviços. A totalidade dos membros presentes decidiram que os recursos para fazer frente aos compromissos no mês de junho deverão ser resgatados do Fundo IRF-M 1 BB. **4) Assuntos gerais;** Nada mais havendo a ser tratado, foi finalizada a reunião. E para constar, lavrei a presente Ata que assino e os demais

Ulmarian Soares Apolinário Presidente, José Melo Júnior, Claudio Jorge Cruz Faria, Ana Maria Domingues, Priscila dos S. Lopes